

## **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana.**

Marister Scarpellini<sup>□</sup>  
Viviani Yoshinaga Carlos<sup>□□</sup>

### **Resumo**

Esse estudo investigativo, de natureza compreensiva, centrou-se em discutir como se configura o papel da mulher na contemporaneidade, enquanto chefe de família mãe, provedora da dinâmica familiar e mulher em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Paulo Aparecido de Miranda, no Município de Apucarana, PR. Apontam-se as reflexões construídas no decorrer do processo dessa pesquisa, a partir da articulação entre o referencial teórico e a análise da pesquisa de campo, oportunizando o conhecimento dos modos e condições de vida das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Desta forma, tem-se um alerta à necessidade de um olhar atento voltado à realidade de mulheres chefes de família, que entre limites e possibilidades, buscam superar a condição de vulnerabilidade social, pela via de políticas sociais públicas.

**Palavras-chave:** monoparentalidade; mulheres chefes de família; vulnerabilidade social.

---

\* Assistente Social formada pela Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA. E-mail: marister100@yahoo.com.br

\*\* Professora do curso de Serviço Social da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Discente do curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: littlevi@hotmail.com

## **Introdução**

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o trabalho desenvolvido na contextualização das mulheres chefes de família, em situação de vulnerabilidade social, temática observada a partir do crescimento das novas composições familiares, sobretudo a de monoparentalidade feminina, onde a mulher exerce diversas funções: mãe; dona de casa e profissional. Trata-se de um estudo investigativo, com o objetivo de conhecer como se configura o papel da mulher, tendo como lócus referencial o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Paulo Aparecido de Miranda, no Município de Apucarana, PR.

A realização dessa pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: 1) documentação indireta (pesquisas: bibliográfica; documentos de arquivos públicos e fontes estatísticas.); 2) documentação direta (CRAS). Os dados quantiquantitativos foram coletados de quinze cadastros de famílias constituídas por monoparentalidade feminina, que fizeram alguma solicitação no CRAS, no período de janeiro a setembro de 2008. Um dos instrumentos para a captação das informações foi a entrevista com roteiro semi-estruturado e aplicado a três mulheres; amostra representacional dos sujeitos da pesquisa. Mulheres estas cadastradas no CRAS e residentes nos Jardins Colonial I e II. As entrevistas foram realizadas com o prévio consentimento de cada uma das entrevistadas, mediante a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido. A apreciação do conteúdo das narrativas foi organizada através da análise dos relatos, das perspectivas, sentimentos e anseios dos sujeitos de pesquisa.

As reflexões construídas no decorrer dessa pesquisa poderão motivar novos estudos dos modos e condições de vida das famílias monoparentais chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social.

## A caracterização da família na atualidade

A família representa uma instituição social organizada por um grupo de indivíduos interligados pela descendência por um ancestral comum, via casamento ou por adoção, que partilham o mesmo sobrenome, herdado de ancestrais diretos ou dos matrimônios ocorridos na família.

O conceito de família nessa pesquisa pauta-se no direito romano, estruturado na “unidade jurídica, econômica e religiosa fundada na autoridade soberana de um chefe” (GOMES, 1999, p. 39). A civilização romana considerava o conjunto de sujeitos submetidos ao poder do *pater familias*. Os filhos estavam sujeitos aos poderes infinitos do *pater*. A mulher submissa, sem autonomia e da condição de filha passava à condição de esposa, sem direitos próprios. A moral católica consagra a família monogâmica. Pereira (2002) argumenta que a família sob o direito canônico manteve uma característica da família romana: estrutura familiar na autoridade de um chefe, o marido-pai, fortalecendo o modelo patriarcal.

As formas de organização da família são produzidas conforme o momento histórico. Segundo Araújo (2007) valores, papéis, funções e estruturas da família são definidos de acordo com os contextos socioculturais e econômicos da mesma. Apesar das mudanças ocorridas no seio da sociedade, a família moderna ou família burguesa, monogâmica foi reduzida ao seu núcleo primário. Na família monogâmica, os costumes passam a tender para a desigualdade entre marido e mulher: ao homem cabe a direção da família, ao passo que à mulher, a subordinação ao poder marital (VILHENA, 1999).

O feminismo, a revolução sexual e outros movimentos libertários populares, nos anos 60, proporcionaram à família inúmeras transformações. As mulheres conquistaram espaço na sociedade e se tornaram co-provedoras da família. Com a efetivação da mulher no mercado de trabalho, surgiram as crises matrimoniais. Houve aumento significativo de separações, desquite e liberdade sexual. O divórcio promove a extinção da sociedade. Surge a família monoparental. Mães e pais solteiros passaram a reconstituir suas vidas. Surgem novas configurações familiares: as famílias monoparentais, constituídas por um dos genitores e os filhos, famílias reconstituídas, formadas por casais separados com filhos de relações anteriores, as famílias homossexuais, com um casal homossexual e filhos e, também, casais sem filhos.

No Brasil, estudos mostram que as famílias chefiadas por mulheres têm crescido nas últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, correspondem a 11,1 milhões de famílias. Uma em cada quatro famílias brasileiras é chefiada por mulheres. Nesse universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental (Fonte Censo Demográfico de 2000). Foi, porém, nos últimos trinta anos que a família monoparental firmou-se como um fenômeno social, passando a ser, desde então, objeto de estudos e preocupações e recebendo dos sociólogos e juristas atenção especial firmando-se como uma categoria específica de família.

Sempre existiram viúvos e viúvas, mães solteiras e mulheres separadas ou abandonadas por seus maridos que assumem, por inteiro, o encargo de sua progenitora. Mas, o crescimento dos anos 60 nos países industrializados produziu um impacto sobre a configuração das famílias. Como a maioria dos casais desunidos tem filhos, os lares dirigidos por um só genitor sofreram um aumento considerável e uma intensa visibilidade. Os analistas sociais lhes atribuem, então, uma denominação inédita: famílias monoparentais. O neologismo é amplo e procura designar, ao mesmo tempo, novas formas de monoparentalidade oriundas de rupturas voluntárias de uniões, bem como formas antigas (e desaparecidas) decorrentes de falecimentos e deserções de cônjuges, como também os nascimentos extra-matrimoniais. (DANDURAND *apud* LEITE; 1997, p. 724-725).

O conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai que vive sem cônjuge e com filhos dependentes. A família monoparental foi reconhecida como um tipo de família, pelo Direito brasileiro com a promulgação da Constituição Federal em 1988. As famílias monoparentais de mães sozinhas com filhos são mais “vulneráveis” no plano econômico, no provimento de víveres e dos cuidados prestados aos filhos.

### **Monoparentalidade feminina: vulnerabilidade social e subjetividade**

Um indicador sintético de vulnerabilidade social é a família, que tem como ponto de partida a definição das necessidades básicas: educação, renda e habitação. A interação do sujeito com os outros e com o meio, em certo momento histórico, é responsável pela organização dos padrões interiores de conduta e das suas reações emocionais e racionais. A questão da subjetividade da mulher fundamenta-se em dois enfoques que visualizam a

subjetividade: 1) ângulo sócio-econômico; 2) ângulo corporal (compleição física da mulher). A vulnerabilidade numa sociedade está associada ao contexto do consumismo promovido pelo capitalismo.

Mello Filho (1988) professa que cultura é o resultado final das atitudes, ideias e condutas compartilhadas e transmitidas pelos membros de uma determinada sociedade, juntamente com as invenções, os métodos de investigação do ambiente e o acúmulo de objetos manufaturados. Assim, os modelos de corpo acompanham as mudanças significativas da história e da cultura, sendo orientados pelos interesses do sistema capitalista. A subjetividade é resultado da interação do indivíduo com as influências sócio-culturais, modelada de acordo com os comportamentos, valores e sistemas econômicos e políticos de cada sociedade. A mulher também assume um modo de existir flexível e adaptável ao mercado globalizado. Ela adquire novos hábitos, novos valores, novos modelos e novas posturas.

Do mesmo modo, Vitale (2000) afirma que a mulher chefe de família monoparental, enfrenta jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar. O desafio da conciliação entre o trabalho e sua vida familiar, está presente em depoimentos reveladores da dificuldade da mulher/mãe e provedora do sustento da família e de uma participação mais efetiva junto a seus filhos e ao ambiente familiar. Dessa forma, a vulnerabilidade, a fragilidade financeira e educacional incrementa a dificuldade econômico-social, dificultando sua participação na vida familiar. As relações afetivas na família monoparental feminina se expressam como um fator aglutinador que promovem uma relação de troca contínua, respeitosa e afetuosa dos filhos com suas mães e destas para com aqueles. As mulheres conseguem dedicar-se aos filhos, fortalecendo o ambiente familiar. Da mesma forma, elas incentivam a auto-superação dos entraves financeiros, principalmente, causados pela não partilha das despesas familiares. Desse modo, o diálogo e as relações “transparentes” são utilizados na formação da prole na família para viverem e atuarem na sociedade.

## **Descrição da Pesquisa: ambiente e perfil dos sujeitos da pesquisa**

As reflexões acerca da monoparentalidade feminina apontam os caminhos para a (re) construção da vida de mulheres que conduzem sozinhas a dinâmica familiar. Essas mulheres precisam conciliar a vida privada (os cuidados com a casa e educação dos filhos) e a vida pública (o trabalho), além de encontrar um espaço para dedicarem-se ao “ser mulher”. Essa análise mostra as condições de vida de mulheres, chefes de família em situação de monoparentalidade, identificando suas necessidades subjetivas, dificilmente contempladas pelos Programas e políticas sociais destinadas ao atendimento dessas mulheres. Para tanto, foram realizadas entrevistas com três mulheres chefes de famílias monoparentais, residentes nos bairros Jardim Colonial e Recanto Colonial II, bairros acoplados localizados na região Leste da cidade de Apucarana – PR.

A ambiência investigativa desvelou um cenário e o perfil das mulheres, para os quais foram considerados itens como rotina, feminilidade, sexualidade, relacionamento familiar e situação econômica da família. Todas as mulheres que participaram satisfaziam os seguintes critérios: 1) estão ligadas diretamente ao provimento da família; 2) são responsáveis pela sua função e pela participação da pesquisa; 3) são as primeiras a reconhecer-se como provedora monoparental em situação de vulnerabilidade. Um aspecto considerado para conhecer tal realidade, foi a questão da moradia, a fim de identificar o quanto tal espaço implica mensalmente em custo para a chefe de família. A maioria das famílias reside em casas alugadas, fato que denota um custo maior na despesa mensal, na manutenção de um espaço para moradia.

Dentre os sujeitos pesquisados<sup>1</sup>, destacam-se: Rosa, reside na última rua do bairro, sem infraestrutura, sem pavimentação asfáltica, iluminação precária, sem ponto de ônibus, sem nenhum tipo de comércio. São seis pessoas em um único quarto, uma casa pequena que pertence à mãe; Silvana mora numa casa de alvenaria e bem acabada, com 60 m<sup>2</sup>, dois quartos vários outros cômodos e quintal cercado. A casa fica próxima a estabelecimentos comerciais, tem pavimentação asfáltica e ponto de ônibus; Mariana reside na avenida principal do bairro, próximo ao comércio, duas linhas de ônibus, creche, escola e posto de saúde na mesma quadra. Sua casa é alugada e tem vários cômodos.

O perfil destas mulheres foi delineado a partir dos seguintes critérios:

---

<sup>1</sup> Os nomes apresentados são fictícios, a fim de garantir a identidade dos sujeitos.

idade, escolaridade, condição civil, condição de trabalho, número de filhos menores e/ou dependentes, grau de escolaridade dos filhos e o acesso ao benefício do Bolsa Família. A idade expressa um grupo heterogêneo, com idades diferenciadas, denotando a presença a moparentalidade feminina em todas as idades, com incidência maior na faixa dos 21 a 25 e, dos 31 a 41 anos de idade. Rosa tem 28 anos de idade, mulata, boa aparência, saudável, sorridente e muito educada. Silvana tem 33 anos, boa aparência, sorridente, muito simpática e hospitaleira. Mariana é uma mulher negra, esbelta, sorridente, muito bonita e tem 27 anos de idade.

A condição de escolaridade das três mulheres chefes de família entrevistadas é descrita: Rosa está cursando os primeiros anos do Ensino Fundamental pela EJA; Silvana terminou recentemente o Ensino médio pela Educação de Jovens e Adultos; Mariana terminou o Ensino Médio recentemente.

O estado civil das mulheres pesquisadas é descrito a seguir: Rosa encontra-se separada há quatro anos; Silvana é solteira. Ela viveu maritalmente com um homem com quem teve os filhos. Há quatro anos encontra-se sozinha; Silvana foi casada e está desquitada; Mariana é solteira. Viveu conjugalmente com um homem e foi abandonada há dois anos, tornando-se a provedora da família.

A situação de trabalho se caracteriza por trabalhos informais, como: confecção e doméstico, assim descritos: Rosa detém uma renda de duzentos e doze reais fixos, que são cem reais provenientes de serviço de doméstica e cento e doze reais do Programa Bolsa Família, acrescido de algum dinheiro referente a vendas de lingerie, trabalho realizado em meio período, como vendedora, cuja quantia oscila mensalmente. Silvana trabalha como costureira numa grande empresa em Apucarana e sua renda é de quatrocentos e cinquenta reais do seu salário mais duzentos e seis do auxílio reclusão. Mariana trabalha como costureira das sete às dezoito horas. Sua renda é de quinhentos e quinze reais.

O número de filhos menores e ou dependentes de Rosa são quatro: um menino e três são meninas. O menino tem sete anos e é portador de arritmia cerebral. Ela reside com a mãe idosa e portadora de deficiência auditiva, semi-analfabeta. Silvana tem três filhas: uma com 10 anos, outra de 14 e uma de 15 anos de idade. Mariana tem um menino de oito anos e uma menina de dois anos, os filhos são de pais diferentes.

As crianças que não frequentam a escola, normalmente ficam sob os cuidados da irmã mais velha ou de alguém da família que ajuda cuidar, enquanto a mãe provedora desenvolve uma atividade para o sustento da família. A maioria deles não tem

acesso ao benefício do Programa Bolsa Família. Mariana cadastrou-se no CRAS inscrevendo-se no Programa Leite das Crianças (PLC), haja vista ter deixado de receber o ‘Bolsa Família’ devido ao seu salário.

Diante das transformações socioculturais e históricas, a família monoparental feminina constituiu-se, muitas vezes, devido à separação dos cônjuges e, nesses casos, geralmente o cônjuge masculino não participa financeiramente na criação dos filhos.

O relato de Rosa, “[...] *não tenho contato com os pais deles. Não tem um centavo dos pais deles pra poder criá-los. Sempre é com meu suor, com meu trabalho*”, tem uma característica importante: ela não se lamentou, nem disse que tem medo de não conseguir fazer de seus filhos pessoas capazes. Ela se mostrou temerosa em relação à segurança do bairro. Mostrou-se confiante em relação ao futuro dos filhos. Mesmo sem qualificação profissional, executa seu trabalho normalmente: é vendedora de lingerie. Outra entrevistada, Silvana, também fala de sua rotina, “[...] *eu levanto às quatro e meia da manhã, às vezes eu deixo o café já pronto, tomo um café, tomo um banho, troco minha roupa e pego o ônibus aqui perto, pra ir pra firma*”. No relato de Mariana ela afirma “*Bom, normalmente levanto às 6 horas, faço o café, a mamadeira da criança, levo as crianças pra escola, pra creche e vou pro serviço. Às 7 entro no serviço e volto as 6. Aí tem janta, roupa, casa. Isso de segunda a sexta*”.

Percebe-se pela discussão da rotina que cada uma já tem seu dia organizado de forma a não perder tempo e nem sacrificar seus horários de compromisso. Nessa descrição de rotina configura-se o papel de mãe, de trabalhadora e de provedora. Nenhuma delas menciona-se enquanto mulher ao descrever a rotina. Falam com a expansividade de quem tem controle sobre essa situação e que independente de sol ou de chuva ela cumpre esse ritual que não pode mudar, sob pena de acarretar dificuldades maiores para todas elas.

O segundo questionamento foi o seguinte: como é ao mesmo tempo ser mãe, provedora e dona de casa. Nenhuma delas disse ser fácil, porém, nenhuma disse que não conseguia. Rosa narra que, “*Ah! não é fácil não heim! Tem vez que é complicado, tem que tá em casa, tem que tá na escola, tem que ter tempo, né?! (riso), o tempo a gente tem que fazer, senão a gente num faz nada*”. Silvana relata que “*é meio complicado, às vezes você termina quase que não dando conta de tudo, mas, Deus tem dado força e eu estou conseguindo até agora, na maneira do possível*”. Nesse relato de Silvana está intrínseco o papel da mãe que é pai e mãe e tem que conduzir organizadamente as coisas.

Ao descrever sua rotina as mulheres demonstram que a vida de sua família



está organizada, cada coisa tem seu tempo e nada pode comprometer seu esquema sob pena de atrapalhar seu rendimento diário. Mariana diz que *“fácil... não é fácil não é, te garanto, é difícil, a gente tem que dar atenção pro trabalho, dar atenção pras crianças, ah! não tem nem com explicar porque é difícil. Na educação da escola, no dever de casa”*.

A questão que se refere qual a maior dificuldade, as respostas vieram nas seguintes palavras,

*Assim... quando tava reformando a casa, prá comprar material, coisas assim que a gente não tem muita base, assim né. (Silvana).*

*Ah eu acho que as maiores dificuldades estão na educação das crianças né, você tem que fazer milagre com aquilo que você ganha, eu acho que aí estão as maiores dificuldades. Porque hoje eles estão muito na rua né, então da hora que eles saem da escola até a hora que eu chego do serviço é rua. Ele chega as quatro e meia, daí das quatro e meia até as seis é rua, aí você chega do serviço, não tem como procurar aqui ou ali, porque a gente não sabe onde que tá. (Mariana).*

A preocupação de todas é sempre: educação e segurança. Cada depoimento aponta suas especificidades. Se uma sente maior dificuldade na hora de reformar a casa pela inexperiência de compras com material de construção, a outra reclama de trabalhar para prover a família e deixar o filho à mercê da própria sorte, na rua após o horário da escola até seu retorno ao lar. São dificuldades diferentes, mas nenhuma se preocupou consigo mesma, não falou de sua sexualidade, do seu ser mulher. A dupla jornada só as incomoda por não poderem estar totalmente presente na vida dos filhos. Todas afirmam manter um bom relacionamento com os filhos, nenhuma delas se diz arrependida por ter filhos e uma até relata *“que a gente tenha uma boa relação, procura conversar bastante, quando tem um tempo, a gente sai, se divertir, eu creio que sou uma boa mãe (risos). (Mariana)”*.

As mulheres entrevistadas falam do seu relacionamento com os filhos com muita convicção e espontaneidade, pois amam suas crianças também como imagens de sua própria felicidade. Esperam que realizem seus projetos. São amigos, pares, iguais, por isso nem sempre conseguem estabelecer regras e autoridade. Toda a autoridade passa ser vivida como autoritarismo, como uma ameaça a esta felicidade desejada a este amor tão proplado.

## **Considerações Finais**

O conceito de família sofreu várias transformações ao longo da evolução das sociedades e isso repercutiu no tratamento social sobre o assunto. A família, como a comunidade formada por meio do casamento, com as modificações sociais, políticas e econômicas, passou de um conceito único e restrito para um conceito plural, em que a sociedade de hoje reconhece as uniões estáveis e as comunidades formadas por qualquer um dos pais e seus descendentes. É nesse contexto, que surge o reconhecimento das comunidades formadas por um dos pais e seus filhos como uma família digna de proteção, a qual recebe o nome de família monoparental.

A família monoparental sempre existiu no meio social, embora constitucionalmente reconhecida, somente a partir da Constituição Federal de 1988. Consta-se um aumento significativo no número de entidades, representando atualmente, um quarto do número total de famílias e dessas, uma maioria tem como provedora a mulher. Assim, conhecer a família monoparental foi se tornando cada dia mais importante, buscando definir as causas determinantes de sua formação, bem como suas necessidades específicas.

Dentre os diversos fatores determinantes da formação das famílias monoparentais, destaca-se a categoria de mães solteiras, viúvas, separadas e abandonadas, frisando que a separação acontece com o acordo do casal e o abandono sem o consentimento de uma das partes. Dessa forma, as famílias monoparentais decorrem de circunstâncias, muitas vezes, alheias à vontade de um dos cônjuges, impondo sua formação a seus elementos.

Uma mulher chefe da família monoparental, atua sozinha, a partir de diversificados papéis (mãe e pai, criar e cuidar dos filhos), colocando os filhos na escola, provendo a educação, o sustento e o amor que necessitam. Assim, tais mulheres provedoras e mães, muitas vezes, suplantam seus desejos e sua autorrealização para cuidar somente da família. Perdem a expectativa de reconstituir suas vidas, mutilando seus sonhos, tornando-se, no decorrer de suas vidas, o arrimo e o porto seguro dos familiares.

Dessa forma, olha-se atentamente à realidade dessas mulheres chefes de família, que entre limites e possibilidades buscam superar a condição de vulnerabilidade social, tanto pelo próprio esforço quanto pela via de políticas sociais públicas, numa sociedade que estabelece direitos e deveres a todos.

## Referências

ARAÚJO, Maria José. **O problema das mulheres que trabalham como mulheres**. Porto: Edições Afrontamento, 2007, 13.

GOMES, Orlando. **Direito de família**. 11 ed. revista e atualizada por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. www. Cedeplar.ufmg.Br setor de pesquisas. Disponível desde 70/07/2000. Acessado em 18/10/2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais: a situação jurídica dos pais e mães solteiras, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MELLO FILHO, J. **Concepção psicossomática: Visão atual**. 5a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **A família: estruturação jurídica e psíquica**. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Direito de Família Contemporâneo: doutrina, jurisprudência, direito comparado e interdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

VILHENA, C. **Notas sobre Cidadania e Modernidade** in *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1999.

VITALE, M. A. F. (Org.). **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2002.